



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA

Aos 22 dias do mês de junho de 2015, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho, **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Editais CR nº 02/2015 (divulgado em 31/03/2015 no DEJT - Edição 1696/2015 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 7) e CR nº 03/2015 (divulgado em 11/06/2015 no DEJT - Edição 1746/2015 - Caderno do TRT da 15ª Região - página 76). Presentes a Juíza Titular de Vara do Trabalho, Dra. ANA LUCIA COGO CASARI CASTANHO FERREIRA, e a Juíza Substituta, Dra. LETICIA HELENA JUIZ DE SOUZA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados dos sistemas processuais SAP1G e e-Gestão, apurou-se, no período de 01/06/2014 a 31/05/2015, o seguinte:

Equipe de Correição: Ayrton Rocha, Airton Sérgio Guastali, Candy Guimarães, Maria de Lourdes Santos e Paulo de Oliveira.

Jurisdição Atendida: AMERICO BRASILIENSE, ARARAQUARA, BOA ESPERANCA DO SUL, GAVIAO PEIXOTO, RINCAO, TRABIJU, SANTA LUCIA, MOTUCA

Lei de Criação: 3.873/61

Data de Instalação: 05/11/1962

Data de Instalação do PJE: 07/05/2014

1 - ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANA LUCIA COGO CASARI CASTANHO FERREIRA	03/11/2014

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
03/11/2014 a 07/11/2014	AFASTAMENTO-CURSO	SEM SUBSTITUTO
30/11/2014 a 30/11/2014	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
06/12/2014 a 06/12/2014	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



"Lugar de criança é na escola. Diga não ao trabalho infantil."

JUIZ TITULAR**TITULAR DESDE****Afastamentos:**

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
12/01/2015 a 16/01/2015	LICENCA	SEM SUBSTITUTO
19/01/2015 a 23/01/2015	LICENCA	SEM SUBSTITUTO
24/01/2015 a 07/02/2015	LICENCA	SEM SUBSTITUTO
13/05/2015 a 11/06/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

JUIZ TITULAR**TITULAR DESDE**

VALERIA CANDIDO PERES

22/10/2012

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
16/07/2014 a 14/08/2014	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
18/07/2014 a 18/07/2014	SUSPENSAO DE FÉRIAS	SEM SUBSTITUTO

2 - JUIZES AUXILIARES [01/06/2014 a 18/06/2015]:*(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)*

NOME	PERÍODO
AMANDA BARBOSA	20/10/2014 a 24/10/2014
AMANDA BARBOSA	12/06/2015 a 14/06/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CASSIA ORTOLAN GRAZZIOTIN	25/10/2014 a 29/10/2014
CASSIA ORTOLAN GRAZZIOTIN	08/11/2014 a 09/11/2014
CASSIA ORTOLAN GRAZZIOTIN	19/11/2014 a 19/12/2014
CASSIA ORTOLAN GRAZZIOTIN	07/01/2015 a 08/02/2015

Afastamentos: Não houve



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



"Lugar de criança é na escola. Diga não ao trabalho infantil."

NOME	PERÍODO
EVELYN CALIMAM SAMPAIO TABACHINE FERREIRA	07/01/2014 a 21/07/2014

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
01/06/2014 a 21/07/2014	LICENCA	SEM SUBSTITUTO

NOME	PERÍODO
FERNANDA FRARE RIBEIRO	28/05/2014 a 15/06/2014
FERNANDA FRARE RIBEIRO	16/06/2014 a 15/07/2014

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
07/06/2014 a 07/06/2014	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO

NOME	PERÍODO
FRED MORALES LIMA	17/09/2014 a 19/10/2014
FRED MORALES LIMA	27/04/2015 a 12/05/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
09/05/2015 a 09/05/2015	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO

NOME	PERÍODO
LADY ANE DE PAULA SANTOS DELLA ROCCA	09/02/2015 a 20/02/2015
LADY ANE DE PAULA SANTOS DELLA ROCCA	21/02/2015 a 21/02/2015
LADY ANE DE PAULA SANTOS DELLA ROCCA	09/03/2015 a 10/03/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LETICIA HELENA JUIZ DE SOUZA	15/06/2015 a 18/06/2015

Afastamentos: Não houve



NOME	PERÍODO
LUIZ ROBERTO LACERDA DOS SANTOS FILHO	15/08/2014 a 17/08/2014
LUIZ ROBERTO LACERDA DOS SANTOS FILHO	23/04/2015 a 23/04/2015
LUIZ ROBERTO LACERDA DOS SANTOS FILHO	03/06/2015 a 03/06/2015
LUIZ ROBERTO LACERDA DOS SANTOS FILHO	10/06/2015 a 10/06/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
OTAVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	11/03/2015 a 05/04/2015
OTAVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	09/04/2015 a 12/04/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA	18/08/2014 a 16/09/2014

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RODRIGO DE MATTOS TAKAYASSU	25/10/2014 a 31/10/2014
RODRIGO DE MATTOS TAKAYASSU	09/11/2014 a 18/11/2014

Afastamentos: Não houve

3 - QUADRO DE SERVIDORES [31/05/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

3.1 - Lotação:

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
CELIA MARIA DELBON	TJA	-	15/03/1994
ELAINE LILIAN VACCARI	TJA	FC-04 CALCULISTA	10/08/2009
FLAVIO PONTE DE GOUVEIA VIEIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	18/06/2012



NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
LORAINE FERREIRA PANAZZOLO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	21/10/2013
LUCIANA CAMILO DE FIGUEIREDO	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	04/09/2008
MARIO SERGIO GUERREIRO FRANCO	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	09/12/2014
MARLY TOLINO	TJA	-	02/06/2014
NOELY FERNANDA SARTORI DOS SANTOS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	03/11/2014
POLIANA CRISTINA BONAZZI DE ANTONIO	AJJ	-	26/01/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO N° 63 DO CSJT			13-14

3.2 - Ausências, exceto férias [06/2014 a 05/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	6
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	45
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	5
TOTAL	56

3.3 - Estagiários [31/05/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
GUILHERME OLIVIERI LOPES	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA	16/02/2015
NAIARA LUIZE BARBIERI	UNIVERSIDADE DE BBB	20/03/2014
NICHOLAS SAVOIA MARCHIONI	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA	16/04/2015



3.4 - Ações de capacitação [06/2014 a 05/2015]:
(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANA LUCIA COGO CASARI CASTANHO FERREIRA	212
FRED MORALES LIMA	37
RODRIGO DE MATTOS TAKAYASSU	33
VALERIA CANDIDO PERES	16

SERVIDORES	HORAS
CELIA MARIA DELBON	14
ELAINE LILIAN VACCARI	59
FLAVIO PONTE DE GOUVEIA VIEIRA	113
LORAINÉ FERREIRA PANAZZOLO	34
LUCIANA CAMILO DE FIGUEIREDO	44
MARIO SERGIO GUERREIRO FRANCO	14
NOELY FERNANDA SARTORI DOS SANTOS	29
POLIANA CRISTINA BONAZZI DE ANTONIO	14



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [06/2014 a 05/2015]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	975
	Aguardando encerramento da instrução	436
	Aguardando prolação de sentença	153
	Aguardando cumprimento de acordo	389
	Solucionados pendentes de baixa na fase - Conhecimento	1.759
Subtotal		3.542
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de liquidação	411
	Liquidados pendentes de baixa na fase - Liquidação	367
	Subtotal	
EXECUÇÃO	Pendente de execução	1.146
	Encerrados pendentes de baixa na fase - Execução	4
	Subtotal	
TOTAL		5.474

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [06/2014 a 05/2015]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	185	194	23
Exceções de Incompetência	25	15	7
Antecipações de Tutela	292	318	11
Impugnações à Sentença de Liquidação	31	23	10
Embargos à Execução	75	71	18
Embargos à Arrematação	1	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	9	9	2
TOTAIS		618	631
TOTAIS		618	71

6 - RECURSOS [06/2014 a 05/2015]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	770	892	127
Recurso Adesivo	45	74	20
Agravo de petição	77	126	5
Agravo de Instrumento	31	27	10
TOTAIS		1.119	162



7 - PRAZOS MÉDIOS [06/2014 a 05/2015]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	Qtde	Dias
Do ajuizamento da ação até a realização da 1a. audiência Rito Sumaríssimo	375	102
Do ajuizamento da ação até a realização da 1a. audiência Exceto Rito Sumaríssimo	1.216	125
Total / Média	1.591	119
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Rito Sumaríssimo	494	133
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Exceto Rito Sumaríssimo	1.668	237
Total / Média	2.162	213
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Rito Sumaríssimo	421	133
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Exceto Rito Sumaríssimo	1.292	255
Total / Média	1.713	225

7.2 - Fase de liquidação:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	72	504
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	325	460
Total / Média	397	468

7.3 - Fase de execução:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da execução - ente privado	785	3.002
Do início ao encerramento da execução - ente público	77	2.429
Total / Média	862	2.951

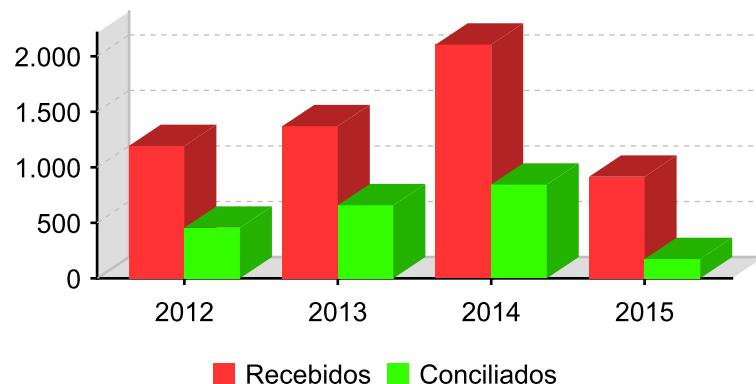


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

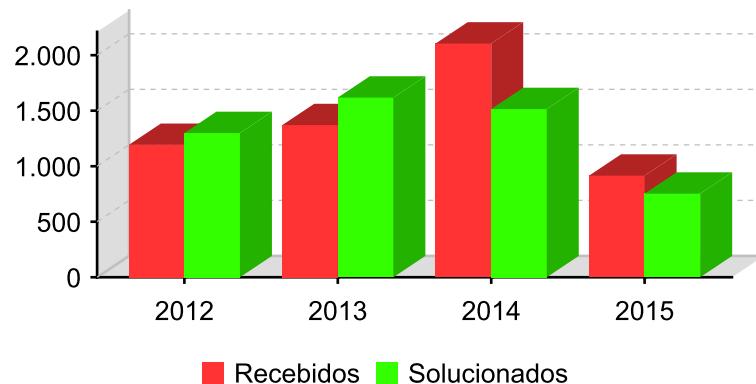
8.1 - Índice de conciliações [até 05/2015]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2012	1.192	456	38,26
2013	1.370	658	48,03
2014	2.105	844	40,10
2015	915	174	19,02



8.2 - Índice de soluções [até 05/2015]:

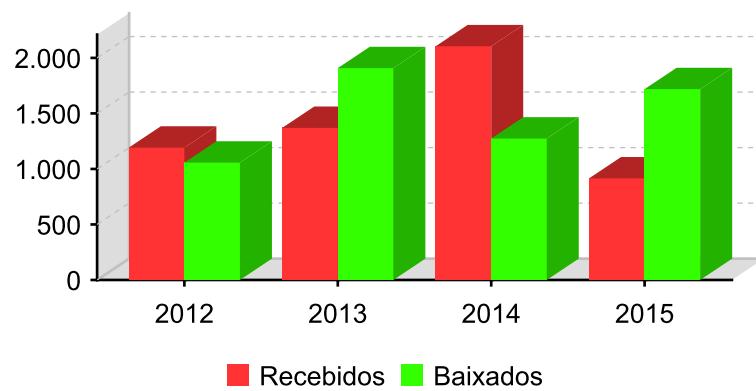
ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2012	1.192	1.299	108,98
2013	1.370	1.618	118,10
2014	2.105	1.515	71,97
2015	915	753	82,30





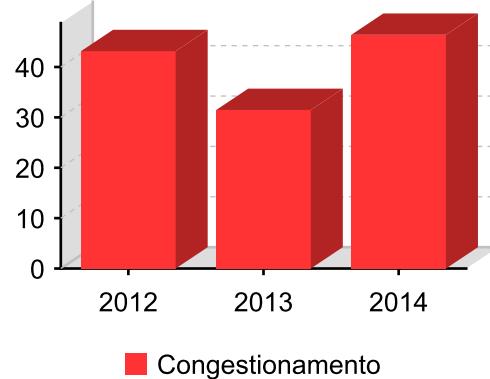
8.3 - Índice de baixas [até 05/2015]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2012	1.192	1.057	88,67
2013	1.370	1.908	139,27
2014	2.105	1.274	60,52
2015	915	1.719	187,87



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2012	1.093	1.192	1.299	43,15
2013	991	1.370	1.618	31,47
2014	721	2.105	1.515	46,39



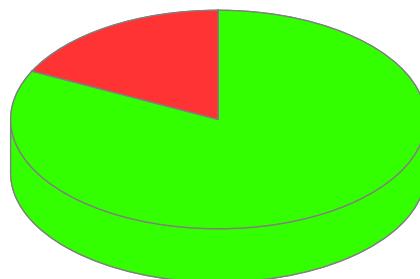


9 - METAS - CNJ E PLANO ESTRATÉGICO DO TRT15 [até 05/2015]:

(fonte: e-Gestão)

9.1 - Meta 1 do CNJ - 2015 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):

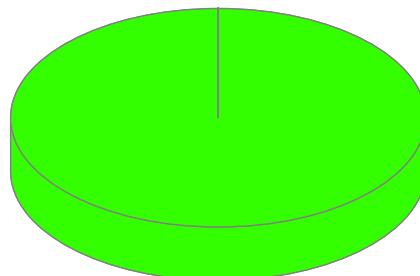
RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES NA META	GRAU DE CUMPRIMENTO
915	753	162	82,30 %



● Solucionados ● Pendentes na Meta

9.2 - Meta 2 do CNJ - 2015 (identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2013):

RECEBIDOS EM 2013	SOLUCIONADOS	PENDENTES NA META	GRAU DE CUMPRIMENTO
1.370	1.336	0	100,00 %



● Solucionados ● Pendentes na Meta



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



"Lugar de criança é na escola. Diga não ao trabalho infantil."

10 - ARRECADADAÇÃO [06/2014 a 05/2015]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 152.548,31	R\$ 46.333,94	R\$ 143,75	R\$ 1.347.616,51

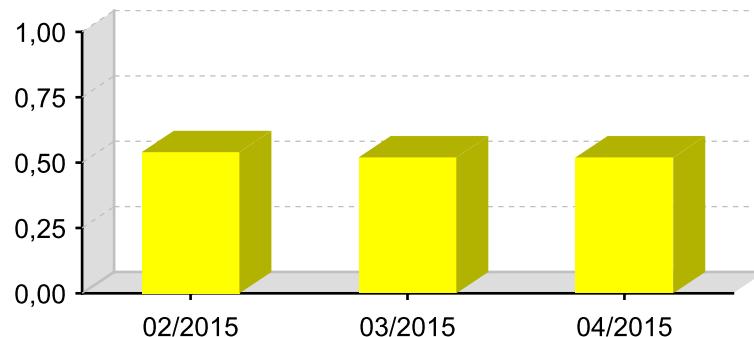


11 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

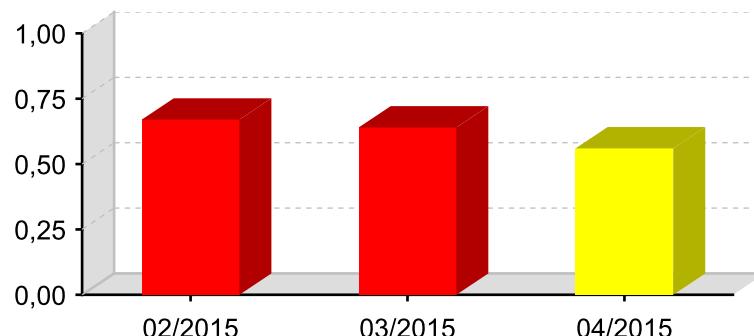
(fonte: e-Correição MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IG
02/2015	0,54	0,67	0,34
03/2015	0,52	0,64	0,34
04/2015	0,52	0,56	0,43

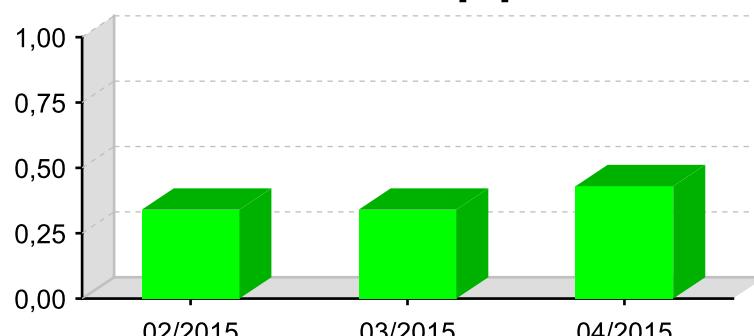
Taxa de Congestionamento no Conhecimento [TCC]



Taxa de Congestionamento na Execução [TCE]



Índice Geral [IG]





12 – ORGANIZAÇÃO DA PAUTA DE AUDIÊNCIAS (2015):
(fonte: Vara do Trabalho)

PAUTA DO JUIZ TITULAR/ JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

TIPO	DIAS DA SEMANA EM QUE HÁ SESSÕES	TURNO (Manhã/Tarde)	PRIMEIRA VAGA NA PAUTA	MÉDIA DIÁRIA
INICIAL	5ªf**	tarde	23/07/15	20 processos
UNA SUMARÍSSIMO	3ª a 5ªf	3ª e 4ªf - manhã e tarde 5ªf - manhã	04/08/2015 (em 25/05/2015)	3ª e 4ª – 8 processos 5ªf – 2 processos (a partir de 02/07/2015)***
UNA ORDINÁRIO	3ª a 5ªf	3ª e 4ª - manhã e tarde 5ªf - manhã	22/10/2015 (em 25/05/2015)	3ª e 4ªf – 10 processos 5ªf – 3 processos (a partir de 02/07/2015)***
INSTRUÇÃO	3ª a 5ªf	3ª e 4ªf - manhã e tarde 5ªf - manhã	20/08/2015 (em 25/05/2015)	3ª e 4ªf – 1 a 2 processos 5ªf – 3 processos (a partir de 02/07/2015)***
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO	3ª a 5ªf	3ª e 4ªf - manhã e tarde 5ªf – manhã 23/07/2015	20/08/2015 (em 25/05/2015)	3ª e 4ªf – 1 a 2 processos 5ªf – 3 processos (a partir de 02/07/2015)***

*Informações referentes às pautas cujo agendamento é automático pelo sistema, podendo haver mais audiências designadas de forma manual encaixadas em pauta

**Esta Vara não trabalha com agendamento automático de audiências INICIAIS, mas há pautas especiais para audiências da espécie agendadas para os dias 18/06/2015 (26 processos) e 25/06/2015 (17 processos); também há data designada para agendamento de novos casos (23/07/2015).

*** Até 25/06/2015 as pautas das “quintas-feiras manhã” incluíam em torno de 5 a 6 audiências de instrução

13 – PENDÊNCIAS:

NATUREZA	POSIÇÃO	QUANTIDADE
BACENJUD	22/06/2015	32
BNDT	08/06/2015	0



13.1. - Determinações da Correição Anterior:

Cumpridas integralmente, consoante certidão expedida no dia 20/08/2014, pela Secretaria da Corregedoria.

14 – CONSTATAÇÃO DE DADOS DO “SAP1G”:

Constatou-se nesta correição, posição de 23/05/2015 que:

14.1 – Há 1257 processos com prazos vencidos sem certificação sendo o mais antigo vencido em 12/09/2013 - processo nº 738-11-2012.

14.2 – Há registro de 1100 petições sem ciência, sendo a data mais antiga o dia 29/06/2011 – processo nº 150200-72-1994.

14.3 – Há 265 processos na ocorrência **ROJ** – remetido ao Oficial de Justiça, sendo a data mais antiga o dia 23/07/2014 – processo nº 143500-41-1998.

14.4 – Há 143 processos na ocorrência **ROS** – remetido do Oficial à Secretaria, sendo a data mais antiga o dia 11/03/2014 – processo nº 205000-40-2000.

14.5 – Há 37 processos na ocorrência **DES** – despacho, sendo o prazo mais antigo datado de 14/02/2014 - processo nº 680-42-2011.

14.6 – Há 17 processos na ocorrência **RCT** – remetido à Contadaria, tendo como prazo mais antigo o dia 24/06/2014 - processo nº 116500-66-1998.

14.7 – Há 9 processos na ocorrência **DCA** – Devolução de carga, tendo como prazo mais antigo o dia 01/12/2014 - processo n.º 54900-58-2009.

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 18 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nos autos analisados, verificou-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos (processo nº 1312-97-2013);

15.2 – registra no sistema SAP1G os atos processuais relevantes;



15.3 – faz uso das ferramentas eletrônicas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e demais convênios;

15.4 – procede, quando cabível, à liberação do depósito recursal por ocasião da sentença de liquidação (processo nº 482-05-2011);

15.5 – não determina a citação dos sócios quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada. Orienta-se que proceda à referida citação, com fulcro na alínea “g” do inciso V do art. 18 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados, pauta de audiências e principais prazos) encontram-se registrados nos itens 1, 2, 7 e 12.

16 – RECOMENDAÇÕES:

16.1 – promover o controle direto na tramitação dos processos das metas do CNJ e do Plano Estratégico do TRT;

16.2 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011;

16.3 – dar prioridade à utilização do malote digital, correio eletrônico, canal DIRETOR e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone para fins de redução dos gastos com telefonia e papel;

16.4 – dar exclusividade à utilização do Sistema JURISCALC, conforme Comunicado CR nº 014/2014;

16.5 – observar a Recomendação GP-SS nº 01/2014, a qual trata de pausas após períodos contínuos de trabalho que exijam movimentos repetitivos e esforço visual;

16.6 – observar a Recomendação GP-CR nº 05/2014, que trata da padronização do fluxo de processos de trabalho dos oficiais de justiça na execução;

16.7 – observar a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, especialmente com relação à inclusão de todos os servidores no trabalho com o PJ-e e tramitação com efetividade;



16.8 – observar o Provimento GP-CR nº 07/2014, que instituiu a Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas – CEAT – no âmbito da 15ª Região, a qual deve ser solicitada e emitida exclusivamente no sítio eletrônico do Tribunal;

16.9 – observar o Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012, com as alterações promovidas pelo Provimento GP-VPJ-CR nº 01/2014, especialmente quanto aos documentos a serem anexados no CLE, uma vez que o processo físico permanecerá arquivado na Vara;

16.10 - observar os Comunicados GP-CR nºs 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas, que repercutem em considerável parcela de jurisdicionados e versem sobre trabalho infantil e escravo, respectivamente;

16.11 – diante da crise hídrica que assola o país, recomenda-se que a Vara intensifique a prática de atos de economia no consumo de água e energia elétrica em suas dependências.

17 – DETERMINAÇÕES:

17.1 – Aos MMos. Juízes (Titular, Substituto e Auxiliar) que:

17.1.1 – na qualidade de Corregedores Permanentes da Vara do Trabalho, acompanhem o movimento diário dos serviços da Unidade Judiciária por meio de relatórios extraídos dos Sistemas SAP1.G e e-Gestão, com vistas à efetividade da prestação jurisdicional com otimização das rotinas de trabalhos;

17.1.2 – priorizem a redução dos prazos médios nos Ritos Sumaríssimo e Ordinário, estabelecendo como meta o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a apreciação dos processos pertencentes ao primeiro Rito, conforme determina o inciso III do art. 852-B, da CLT;

17.1.3 – desenvolvam, na hipótese de designação de auxílio fixo, como é o caso, trabalho que importe acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando e não dividindo entre si as funções judicantes, principalmente na fase de execução;

17.1.4 - apenas efetivem a ordem de inclusão da parte executada no BNDT após



a realização de pesquisa junto ao Sistema BACENJUD, conforme estabelecido no § 1º-A do art. 1º da Resolução Administrativa nº 1470/2011 do TST;

17.1.5 - adotem providências visando a redução do prazo para realização das audiências, principalmente dos processos submetidos ao rito sumaríssimo, uma vez que a Vara encontra-se contemplada com a atuação de juiz auxiliar.

17.2 – Ao Senhor Diretor de Secretaria que:

17.2.1 – adote providências quanto à devolução de todas as cargas vencidas. Data da carga mais antiga: 27/01/2015 – proc. nº 141600-33-1992;

17.2.2 – observe com rigor o integral cumprimento das Portarias GP-CR nº 07/2013 e 03/2014, que regulamentam os setores destino no SAP1.G;

17.2.3 - tome providências com relação aos processos tramitados com a ocorrência **DCA**, uma vez que se trata de ocorrência meramente informativa e a Corregedoria já emitiu orientação a respeito. O processo deverá ser levado à conclusão ou tramitado com a ocorrência anterior;

17.2.4 - em que pese a falta de servidores para compor a lotação prevista na Resolução nº 63 do CSJT, demonstrada no item 3 desta ata e tendo em vista as orientações transmitidas ao Sr. Diretor, determina-se que seja intensificada a gestão de processos, uma vez que o Relatório Sem Tramitação, com posição de 22/05/2015, aponta a quantidade de 1.763 processos, com prazo vencido desde 12/09/2013. Determina-se, também, que o Sr. Gestor elabore plano de ação, observando o Provimento GP-CR nº 03 de 07/03/2013, artigo 2º, § 3º, que, dentre outras deliberações, determina que: “A atuação terá como finalidade auxiliar na implementação de rotinas otimizadas de processos de trabalho, saneamento do banco de dados e elaboração e implementação de um plano de ação, preferencialmente com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA para desenho do novo processo.” Determina-se, ainda, que seja observada com rigor a Portaria GP-VPJ-CR 07/2012, alterada pela GP-VPJ-CR 01/2015, mesmo nos processos físicos, especialmente o artigo 2º que trata da gestão por fase processual, assim como o item VI do referido artigo que determina que o servidor que ministrar o despacho ou a decisão dará cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;



17.2.5 – dê andamento aos feitos abaixo listados, com as providências a seguir relacionadas:

PROCESSOS	PROVIDÊNCIAS
0010542-25.2013.5.15.0149 Tramitação Preferencial	No prazo para razões finais vencido desde 13/10/2014, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 60, descrição 2.2.1 – processos aguardando a primeira sessão de audiência. Há petição de razões finais do reclamante juntada (nº 33688/2014). Determina-se a imediata tramitação da ocorrência PAN – conclusos para julgamento – prolatar sentença (vide Comunicado GP/CR nº 31/2012), gerando o movimento 51 do e-Gestão e, se o caso, encaminhados para o magistrado.
0000380-75.2014.5.15.0006 Tramitação Preferencial	No prazo para ratificação de acordo vencido desde 04/07/2014, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 61, descrição 2.2.2 – processos aguardando o encerramento da instrução. Determina-se a certificação do vencimento de prazo para cumprimento do acordo (07/07/2014) e a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento.
0118100-49.2003.5.15.0006	Processo relacionado no e-Gestão, variável 117, descrição 5.1.5 – embargos declaratórios pendentes. Verifica-se que o registro de solução para a petição de embargos declaratórios juntada em 26/02/2013 ocorreu em data anterior à da juntada (18/02/2013). Determina-se o saneamento da inconsistência.
0158700-25.1997.5.15.0006	Processo relacionado no e-Gestão, variável 168, descrição 5.9.5 exceções de pré-executividade pendentes, por não haver registro de solução no sistema para o incidente juntado em 16/05/2005. Verifica-se que a decisão foi exarada em 27/04/2006 (fls. 432/433). Determina-se o saneamento da inconsistência.
0031300-42.2008.5.15.0006 Tramitação Preferencial	No prazo para manifestação sobre documentos vencido desde 11/03/2014, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 342, descrição 2.5.2.1 – processos pendentes de finalização da fase de conhecimento. Determina-se a certificação do vencimento de prazo e a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento.
0000711-96.2010.5.15.0006	Na ocorrência “RMA – Remetido ao Arquivo” desde 26/09/2013, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 342, descrição 2.5.2.1 – processos pendentes de finalização da fase de conhecimento. Verifica-se que não houve lançamento da ocorrência “ARQ – Arquivado” após o desarquivamento efetuado em 26/06/2013. Determina-se o saneamento da inconsistência, inclusive os casos em situação análoga.
0339000-50.1995.5.15.0006	Na ocorrência “RMJ – Remetido à Porto Ferreira” desde 15/03/1996, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 342, descrição 2.5.2.1 – processos pendentes de finalização da fase de conhecimento. Determina-se o saneamento da inconsistência, inclusive nos casos análogos.
0000680-42.2011.5.15.0006 Tramitação Preferencial	Na ocorrência “DES – Despacho” desde 14/02/2014. Encontra-se relacionado no egestão, variável 346, descrição 3.5.2.1 – processos pendentes de finalização – fase de liquidação. Verifica-se haver outros 36 processos paralisados na ocorrência “DES” com tramitação anterior a 22/05/2015. Determina-se o cumprimento do r. despacho exarado, inclusive nos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



"Lugar de criança é na escola. Diga não ao trabalho infantil."

	casos análogos.
0000100-22.2005.5.15.0006 Tramitação Preferencial	Na ocorrência “RCJ – Recebido para prosseguir” desde 12/06/2008, permanecendo o feito relacionado no e-gestão, variável 346, descrição 3.5.2.1 – processos pendentes de finalização – fase de liquidação. O processo foi remetido à 3ª VT local. Determina-se o saneamento da inconsistência.
0054900-58.2009.5.15.0006	Na ocorrência “DCA – Devolvido de carga” desde 01/12/2014, com prazo vencido retirada de autos para manifestação em 01/12/2014, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 353, descrição 4.5.2.1 – processos pendentes de finalização da fase de execução. Determina-se a certificação do vencimento de prazo e, se for o caso, enviar os autos à conclusão para deliberações.
0057600-32.1994.5.15.0006	Na ocorrência ELI – Eliminado desde 23/04/2013, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 353, descrição 4.5.2.1 – processos pendentes de finalização da fase de execução. Determina-se o saneamento da inconsistência.
0025600-32.2001.5.15.0006	Processo na ocorrência “LNS – Lançamento de solução realizada” desde 19/03/2015. Permanece no e-Gestão, variável 353 – processos pendentes de finalização fase de execução. Há petição sem ciência (9037/2015). Em situação análoga o processo 223800-58.1996.5.15.0006. Determina-se o prosseguimento dos feitos.
0072000-02.2004.5.15.0006 Tramitação Preferencial	No prazo para cumprimento de carta precatória vencido desde 07/01/2014, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 353, descrição 4.5.2.1 – processos pendentes de finalização da fase de execução. Há petição do tipo CPE (Carta Precatória Executória, protocolo nº10540/2014) ainda sem ciência no sistema, embora fisicamente juntada aos autos. Determina-se a juntada da petição e a conclusão dos autos para deliberação quanto ao prosseguimento.
0116500-66.1998.5.15.0006	Na ocorrência “RCT – Recebido pela Contadoria” desde 24/06/2014, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 353, descrição 4.5.2.1 – processos pendentes de finalização da fase de execução. Determina-se a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento.
0001001-09.2013.5.15.0006	Processo com prazo vencido para especificação de provas desde 17/11/2014. Em consulta ao SAP1G verificou-se a existência de outros 4 processos na mesma situação (com tramitação até 22/05/2015). Determina-se a certificação do vencimento do prazo com a observância do Comunicado GP/CR nº 31/2012).
0013100-84.2008.5.15.0006	Processo com prazo vencido para contrarrazões desde 30/01/2015. Em consulta ao SAP1G verificou-se a existência de outros 48 processos na mesma situação (com tramitação até 22/05/2015). Determina-se a certificação do vencimento do prazo e a remessa ao TRT para processamento do recurso.
0143500-41.1998.5.15.0006	Processo na ocorrência “ROJ – remetido ao oficial de justiça” desde 23/07/2014. Em consulta ao SAP1G, verifica-se a existência de outros 280 processos na mesma situação. Determina-se seja levado à conclusão para prosseguimento, inclusive os de situação análoga.
0205000-40.2000.5.15.0006	Na ocorrência “ROS– Recebido do Oficial de Justiça” desde 11/03/2014. Em consulta ao SAP1G, verifica-se a existência de outros 1144 processos na mesma situação. Determina-se seja levado à conclusão para prosseguimento, inclusive os de situação análoga.
0010220-12.2014.5.15.0006	Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 11h10, foi



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



"Lugar de criança é na escola. Diga não ao trabalho infantil."

	<p>verificado que o processo permanece no agrupador “processos competições não apreciadas” desde 03/11/2014. Verificou-se a existência de outros 620 processos nesse agrupador. Determina-se o prosseguimento e a gestão de processos relacionados nesse agrupador.</p>
0010197-32.2015.5.15.0006	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 11h15, foi verificado que o processo permanece no agrupador “mandados devolvidos pelo oficial de justiça”. Verifica-se que a diligência foi cumprida em 10/03/2015, permanecendo o processo paralisado (caixa “aguardando cumprimento de providência-Exec”). Determina-se o prosseguimento do feito e a gestão de processos relacionados nesse agrupador, eis que verificada a existência de outros processos já tramitados, mas ainda não retirados desse agrupador (a exemplo do 0011269-88.2014.5.15.0006).</p>
0010406-35.2014.5.15.0006	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 11h30, foi verificado que o processo permanece no agrupador “processos com audiências não designadas”, com data de protocolo 08/07/2014. Entretanto, referido processo encontra-se remetido ao arquivo definitivo desde 24/10/2014, sem a retirada do agrupador. Determina-se a regularização, mantendo-se no agrupador apenas processos que aguardam a designação de audiência.</p>
0010205-43.2014.5.15.0006	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 12h10, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “aguardando ciência-Exec” desde 27/02/2015. Verifica-se haver sentença de extinção do feito sem resolução de mérito. Determina-se o prosseguimento nos termos da sentença prolatada.</p>
0010846-31.2014.5.15.0006	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 12h25, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos” desde 09/10/2014. Há petição noticiando o descumprimento do acordo ainda não apreciada. Determina-se a conclusão do feito para deliberações quanto ao prosseguimento. Observa-se ainda a existência de outros 41 processos nessa caixa sem utilização de subcaixa que identifique o prazo de vencimento, os quais devem ser analisados (exemplificativamente, processo 0011023-92.2014.5.15.0006, cujo prazo para pagamento decorreu em 30/03/2015).</p>
0011336-53.2014.5.15.0006	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 12h30, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “aguardando prazo -ED” desde 16/04/2015. Verificou-se que da sentença as partes ficaram cientes nos termos da Súmula 197, TST. Determina-se o prosseguimento do feito. Obs. Em situação análoga o 0011039-46.2014.5.15.0006, com sentença de extinção do feito e intimação em 26/03/2015, na caixa “aguardando prazo -ED- Exec” desde 07/04/2015.</p>
0010325-86.2014.5.15.0006	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 12h38, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “aguardando prazo em fase recursal -ConPra” desde 07/03/2015. Determina-se o prosseguimento do feito, com a remessa do recurso à instância superior, nos termos de decisão exarada.</p>
0011127-84.2014.5.15.0006 Tramitação Prioritária	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 12h38, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “aguardando término dos prazos” desde 09/03/2015. Há outros 61 processos, o mais antigo desde 21/01/2015. Determina-se o prosseguimento do feito.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



"Lugar de criança é na escola. Diga não ao trabalho infantil."

0010013-13.2014.5.15.0006	Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 12h50, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “Análise de conhecimento” desde 04/11/2014. Determina-se o prosseguimento nos termos do despacho exarado. Determina-se o prosseguimento do feito, ressaltando-se a necessidade de se observar a Portaria GP-VPJ-CR nº07/2012, art.2º, IV, no que tange à determinação de manutenção das caixas de tarefas intermediárias vazias, apontando a existência de outros 94 processos nesta caixa na data em que a consulta foi realizada.
0010220-12.2014.5.15.0006	Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 13h30, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “iniciar liquidação” desde 10/12/2014. Verificou-se a existência de outros 23 processos na mesma situação. Determina-se que a Secretaria observe para que nenhum processo permaneça na referida tarefa uma vez que até que se inicie a liquidação o processo ficará pendente de finalização da fase de conhecimento.
0010918-18.2014.5.15.0006	Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 13h40, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “intimações automáticas com pendências-Con” desde 13/03/2015. Determina-se o prosseguimento do feito bem como daqueles em situação análoga, observando-se a existência de outros 8 processos nesta caixa de tarefa.
0010786-58.2014.5.15.0006	Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 13h45, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “intimações automáticas com pendências-Exec” desde 11/11/2014. Determina-se o prosseguimento nos termos de despacho exarado (devolução da deprecata).
0010685-21.2014.5.15.0006	Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 13h45, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “Operações de audiência” desde 31/10/2014. Verificou-se que a audiência ocorreu em 13/01/2015, sem lançamento de solução. Determina-se o saneamento da inconsistência.
0010408-05.2014.5.15.0006	Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 13h50, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “Prazos vencidos” desde 09/03/2015. Há petição de acordo ainda não apreciada. Determina-se o prosseguimento do feito, bem como dos demais em situação análoga.
0010820-96.2015.5.15.0006	Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 14h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “Triagem inicial” desde 11/05/2015. Determina-se o prosseguimento do feito, bem como dos demais em situação análoga, ressaltando-se a necessidade de se observar a Portaria GP-VPJ-CR nº07/2012, art.2º, IV, no que tange à determinação de manutenção das caixas de tarefas intermediárias vazias, apontando a existência de outros 132 processos nesta caixa na data em que a consulta foi realizada.
0010737-80.2015.5.15.0006	Em consulta ao PJe1G realizada em 19/06/2015, às 14h10, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “Valor incompatível” desde 30/04/2015. Determina-se o prosseguimento do feito, bem como dos demais em situação análoga, observando-se a existência de outros 33 processos nesta caixa na data em que a consulta foi realizada.



18 – ATENDIMENTOS E VISITAS:

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor e a MMa. Juíza Titular da 1^a Vara visitaram a Prefeitura Municipal de Araraquara, onde foram recebidos por sua Exa. o Sr. Marcelo Fortes Barbieri, Prefeito da cidade. Presentes, também, o Sr. Aluisio Braz (Vereador e Secretário de Governo) e os Drs. Roberto Pereira (Secretário de Fazenda), Delorges Mano (Secretário de Administração e Comunicação), Renato Haddad (Secretário de Cultura e Desenvolvimento Econômico) e Eduardo Sampaio (Secretário de Negócios Jurídicos). Na oportunidade, a MM. Juíza, com o apoio do Exmo. Des. Vice-Corregedor, solicitou a cessão de dois funcionários municipais à 1^a VT de Araraquara. O Exmo. Sr. Prefeito pediu que seja formulado um ofício para a formalização desta solicitação a ser encaminhado ao Sr. Secretário de Administração para, posteriormente, ser analisada a viabilidade do pedido.

Na volta, recebeu o ilustre advogado Dr. Paulo de Rizzo (OAB/SP 17.873), que solicitou as seguintes providências com relação ao processo nº 2058/1997: a) a tramitação no Rito Preferencial (reclamante idoso e portador de doença cancerígena); b) inclusão do processo (concurso de credores) para pagamento na penhora efetivada nos bens da empresa. Analisado o processo verificou-se que ele já se encontra identificado como de tramitação preferencial, devendo, no entanto, ser levado à conclusão para melhor análise do quanto alegado no item “b” acima.

Em seguida, recebeu o Dr. Darci Aparecido Honório (OAB 102.157), que pediu providências com relação ao processo nº 2172/1991, com tramitação na 1^a VT de Jaboticabal. O Exmo. Des. Vice-Corregedor, ouvindo as assertivas do ilustre advogado, esclareceu que as questões por ele apontadas (execução de honorários advocatícios e respectiva competência originária quanto à execução dos mesmos) são de natureza judicial e não correicional.

Fizeram-se presentes, também, nesta ocasião, os advogados Dra. Debora Martins Capra (OAB/SP 272.853), Presidente da Comissão do Direito do Trabalho da 5^a Subseção da OAB e o Dr. Felipe José Maurício de Oliveira (OAB/SP 300.303), representando o Presidente da mesma Subseção, que reclamaram do atraso de até 3 horas na apreçoação das audiências, comprometendo a atuação dos Srs. Advogados em outros Juízos.



19 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

19.1 – Foi informado pela MM^a Juíza Titular que:

19.1.1 – Reside na jurisdição da unidade e já solicitou autorização para residir também fora, cujo processo nº 0000230-06.2015.5.15.0897 se encontra em tramitação.

19.2 – Foi informado pela MM^a Juíza Substituta Auxiliar que:

19.2.1 – reside na sede da circunscrição da Unidade.

19.3 – Foi informado pelo Senhor Diretor de Secretaria que:

19.3.1 – o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;

19.3.2 – os livros de ponto de servidores, de carga de advogados e peritos, de carga para Juízes, de carga para extração de cópias, de posse e exercício de servidores, assim como os relatórios de Oficiais de Justiça estão de acordo com as normas deste Regional.

20 – ENCERRAMENTO:

No dia 23 de junho de 2015, às 17 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu,

Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional,
lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada pelo Excelentíssimo
Desembargador Vice-Corregedor Regional e pela MM^a. Juíza Titular da Vara do
Trabalho.

MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA

Desembargador Vice-Corregedor Regional

ANA LUCIA COGO CASARI CASTANHO FERREIRA
Juíza Titular de Vara do Trabalho